



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM Nº 205, DE 2008 (nº 812/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **EVERTON VIEIRA VARGAS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de *Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha*.

Os méritos do Senhor Everton Vieira Vargas que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de outubro de 2008.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma linha decorativa curva que se estende para a direita sob o texto da data.

Brasília, 01 de outubro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **EVERTON VIEIRA VARGAS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **EVERTON VIEIRA VARGAS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim*

## **INFORMAÇÃO**

### ***CURRICULUM VITAE***

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *EVERTON VIEIRA VARGAS***

**CPF.: 24988707091**

**ID.: 6538/MRE**

1955 Filho de João Domingos da Luz Vargas e Iná Vieira Vargas, nasce em 23 de janeiro, em Santo Ângelo/RS

1976 CPCD - IRBR

1977 Terceiro Secretário em 17 de outubro

1977 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente

1977 Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal

1979 Segundo Secretário em 12 de dezembro

1981 Embaixada em Bonn, Segundo Secretário

1982 CAD - IRBR

1983 Master of Arts in International Relations, Boston University/EUA

1985 Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente

1985 Primeiro Secretário, por merecimento, em 24 de dezembro

1987 Divisão de Ciência e Tecnologia, Chefe substituto

1988 Instituto Rio Branco, Professor de Estudos Brasileiros para Estrangeiros

1988 Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro Secretário e Conselheiro

1991 Conselheiro, por merecimento, em 18 de junho

1992 Embaixada em Tóquio, Conselheiro

1993 V Conferência das Partes da Convenção Ramsar, Kushiro, Japão, Chefe da delegação

1993 XIV Sessão do Conselho Internacional sobre Madeiras Tropicais e Sessão Especial para Negociação do Acordo

Sucessor do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais de 1983, Iocoama, Japão, Chefe da delegação

1994 CAE - IRBR, Parceria Global: As Alterações Climáticas e a Questão do Desenvolvimento

1995 Secretaria-Geral, Coordenador-Geral da Cúpula das Américas

1997 Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL, in Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 40, No.1

1997 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 24 de dezembro

1998 Divisão do Meio Ambiente, Chefe

1998 II, III e IV Sessão do Foro Intergovernamental de Florestas das Nações Unidas, Genebra e Nova York, Chefe da delegação (1998 a 2000)

1999 V Conferência das Partes da Convenção da Basileia sobre Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito, Basileia, Chefe de delegação

1999 Reunião Final do GT Negociador do Protocolo sobre Responsabilidade Compensação por Danos Causados pelo Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos, Basileia, Presidente

2000 XIII Sessão do Órgão de Assessoramento Científico e Técnico e do Órgão de Assessoramento para Implementação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Lyon, Chefe da delegação

2000 Sessão Final do Comitê Intergovernamental Negociador da Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), Joanesburgo, África do Sul, Chefe da delegação

2000 V Conferência das Partes da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e XII Reunião das Partes do Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, Ouagadougou, Burkina Faso, Chefe da delegação

2001 Comissão Interministerial Preparatória da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 2002), Secretário Executivo

2001 Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira, Representante Titular do MRE

2001 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor-Geral

2001 Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília/DF

2002 A atuação diplomática do Brasil e a mudança do clima. in PHILIPPI JR, Arlindo et alii (editores) Meio Ambiente, Direito e Cidadania. São Paulo: Universidade de São Paulo; Signus Editora

2002 Instituto Rio Branco, Professor de Linguagem Diplomática (até 2007)

2003 The Basel Liability Protocol on Liability and Compensation for Damage Resulting from Transboundary Movements of Hazardous Wastes and Their Disposal. in YIEL Vol.12, Oxford:OUP. (Co-autoria com Guido Soares)

2003 Comissão Interministerial sobre Mudança Global do Clima, Representante titular do MRE

2003 VII e VIII Reunião Operativa da Agenda Comum Brasil- Estados Unidos sobre Meio Ambiente, Brasília e Washington, Chefe da delegação (2003 e 2005)

2004 Reunião do GT Brasil-Argentina sobre Cooperação Espacial, Buenos Aires, Chefe da delegação

2005 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 16 de junho

2005 Secretário Geral, Assessor Especial e Chefe de Gabinete

2005 A Sustentabilidade Como Valor. In Batista, Eleizer; Cavalcanti, Roberto B.; Fujihara, Marco Antônio. Os Caminhos da Sustentabilidade no Brasil. São Paulo: Terra das Artes Editora, 2005.

2006 A Construção Recente do Direito Internacional do Meio Ambiente: uma visão brasileira. In Nasser, Salem Hikmat; Rey, Fernando. Direito Internacional do Meio Ambiente. São Paulo: Atlas, 2006.

2006 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz  
2006 Reunião Brasil-Rússia para negociação do Acordo de Proteção Mútua de Tecnologia, Moscou, Chefe da Delegação.  
2006 Global Challenges and the Shaping of International Law. In Caldeira Brant, Leonardo Nemer (coordenador). Anuário Brasileiro de Direito Internacional. v.1, nº.1, 2006. Belo Horizonte: CEDIN, 2006  
2006 Operação de retirada dos cidadãos brasileiros do Líbano, Coordenador  
2007 Subsecretaria-Geral Política I, Subsecretário-Geral  
2007 Participação do Senhor PR na Reunião de Cúpula do G8 G5 em Heiligendamm, Alemanha, Representante Especial  
2007 Reunião das Grandes Economias sobre Mudança do Clima e Segurança Energética (Washington, Havai, Paris, Seul), Representante Especial do PR  
2008 Comissão Intergovernamental de Cooperação Brasil-Ucrânia, Kiev, Chefe de Delegação  
2008 Participação do Senhor PR na Reunião de Cúpula do G8+G5 em Hokkaido, Japão, Representante Especial

  
**DENIS FONTES DE SOUZA PINTO**  
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

# Informações Básicas

## SGAP-I

### ÍNDICE

<b>DADOS BÁSICOS.....</b>	<b>3</b>
<b>PERFIL DA ALEMANHA.....</b>	<b>4</b>
<b>HISTÓRIA .....</b>	<b>4</b>
<b>POLÍTICA.....</b>	<b>6</b>
<i>Partidos políticos.....</i>	<i>7</i>
<i>Eleições de 2009.....</i>	<i>11</i>
<i>Fundações e ‘think tanks’.....</i>	<i>11</i>
<b>POLÍTICA EXTERNA.....</b>	<b>13</b>
<b>ECONOMIA .....</b>	<b>16</b>
<b>COMÉRCIO EXTERIOR.....</b>	<b>18</b>
<i>Exportações.....</i>	<i>20</i>
<i>Importações.....</i>	<i>21</i>
<b>RELAÇÕES BRASIL – ALEMANHA .....</b>	<b>22</b>
<b>SITUAÇÃO ATUAL.....</b>	<b>22</b>
<b>RELAÇÕES COMERCIAIS BILATERAIS.....</b>	<b>23</b>
<i>Análise do comércio bilateral.....</i>	<i>24</i>
<i>Análise do fluxo bilateral de investimentos.....</i>	<i>25</i>
<b>VISITAS.....</b>	<b>26</b>
<b>GRUPO PARLAMENTAR ALEMANHA - BRASIL.....</b>	<b>28</b>
<b>PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL-ALEMANHA .....</b>	<b>28</b>
<b>COMISSÃO MISTA E ENCONTRO ECONÔMICO BRASIL-ALEMANHA.....</b>	<b>29</b>
<b>ENERGIA.....</b>	<b>30</b>
<i>Biocombustíveis.....</i>	<i>31</i>
<i>Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia com Foco em Energias Renováveis e</i>	
<i>Eficiência Energética.....</i>	<i>31</i>
<i>Acordo sobre Cooperação no campo dos usos Pacíficos da Energia Nuclear.....</i>	<i>32</i>
<b>MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>33</b>
<i>Florestas .....</i>	<i>33</i>
<i>Mudança do Clima.....</i>	<i>35</i>
<i>Biodiversidade .....</i>	<i>36</i>
<b>G-8 + G-5.....</b>	<b>37</b>
<b>REFORMA DO CSNU – G-4 .....</b>	<b>37</b>

## DADOS BÁSICOS

**Nome oficial:** República Federal da Alemanha (*Bundesrepublik Deutschland*) - RFA

**Capital:** Berlim

**Área:** 357,021 km<sup>2</sup>

**População:** 82,4 milhões (cerca de 7,3 milhões de estrangeiros)

**Língua:** alemão (o turco é falado por um quarto da população)

**Religiões:** protestantismo (34%), catolicismo (34%), islamismo (3,7%)

**Sistema político:** República parlamentarista

**Chefe de Estado:** Presidente Federal Horst Köhler (União Democrata Cristã - CDU), desde 2004

**Chefe de Governo:** Chanceler Federal Angela Merkel (CDU), desde 2005

**Principais cidades:** Berlim (3,4 milhões de habitantes); Hamburgo (1,7 milhão); Munique (1,2 milhão); Colônia (1 milhão); Frankfurt (650 mil); Essen (600 mil); Stuttgart (600 mil), Dortmund (600 mil)

**Taxa de urbanização:** 93%

**Densidade demográfica:** 231 habitantes por km<sup>2</sup>

**Observação:** Segundo país mais populoso da Europa, depois da Rússia.

**Estrutura etária:** 0-14 anos, 13,8%; 15-64 anos, 66,2%; mais de 65 anos, 20%

**Crescimento populacional:** -0,044%

**Índice de Desenvolvimento Humano:** 0,935 (22º lugar em 2007)

**Força de trabalho:** 43,6 milhões

**Taxa de desemprego:** 8% (março de 2008)

**Moeda:** euro (€)

**PIB:** USD 3,3 trilhões (2007)

**PIB per capita:** USD 40,2 mil (2007)

**Composição do PIB:** Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca: 0,9%; Indústria: 25,9%; Construção civil: 4,1%; Comércio, gastronomia e transportes: 17,8%; Financiamento, locação e prestação de serviços para empresas: 29,4%; serviços públicos e particulares: 21,9%.

**Crescimento do PIB:** 0% (2003); 1,1% (2004); 0,8% (2005); 2,9% (2006); 2,5% (2007)

**Inflação:** 1,1% (2003) ;1,7% (2004); 2,0% (2005); 2,5% (2006); 2,0% (2007).

**Fonte:** *Statistisches Bundesamt*

## **PERFIL DA ALEMANHA**

### **História**

A rivalidade entre a Alemanha e outras potências europeias foi fonte de tensões e conflitos desde 1871, ano da unificação alemã, até 1945. A fragilidade da tradição democrática alemã, a força das tendências militaristas e a contínua instabilidade sócio-econômica contribuíram para dificultar uma inserção construtiva do país no cenário político europeu e mundial. Encerrada a II Guerra Mundial, tem início nova fase da história alemã com a divisão do país (criação da República Federal da Alemanha– RFA em maio de 1949, seguida pela da República Democrática Alemã – RDA em outubro do mesmo ano).

No pós-Guerra, a RFA apresentou duas características fundamentais: (a) no plano interno, a preocupação com a consolidação de uma ordem democrática estável e a criação da chamada economia social de mercado; (b) no plano externo, a integração preferencial com os países ocidentais (reconciliação com a França, plena participação no processo de integração regional da Europa Ocidental, ingresso na OTAN em 1955). O sucesso desses desdobramentos está associado ao nome de Konrad Adenauer (União Democrata Cristã – CDU), Chefe de Governo da RFA desde a sua criação até 1963. A democracia-cristã governou o país – isoladamente ou em coalizões com os liberais – de 1949 até 1966. Entre 1966 e 1969, a Alemanha foi governada pela primeira “Grande Coalizão”, formada por democrata-cristãos e social-democratas, sob o Chanceler Kurt Georg Kiesinger (CDU). No período 1969-1982, os social-democratas assumiram o poder, em coalizão com os liberais. No plano interno, a coalizão Partido Social Democrata – Partido Liberal (SPD/FDP) deu continuidade ao modelo da economia social de mercado. No plano externo, manteve a inserção atlântica e ocidental. Promoveu, contudo, uma importante inflexão na política exterior: a “Ostpolitik”, concebida por Willy Brandt com o fim de diminuir o nível de tensões nas relações da RFA com os países da Europa Oriental. Foi marcada pelos tratados assinados com a ex-URSS, Polônia e a então Tchecoslováquia (renúncia a pretensões

territoriais em relação àqueles países, reconhecimento das fronteiras estabelecidas ao final da II Guerra Mundial) e, sobretudo, pela aproximação com a RDA.

As transformações na Europa Oriental, no final da década de 1980, permitiram a reunificação da Alemanha, marcando o início de segunda etapa de sua história no pós-Guerra. Consolidada a reunificação, o país viu-se diante de novos desafios: (a) necessidade irrenunciável, decorrente do peso específico da nova RFA, de assumir papel mais ativo no cenário internacional, inclusive no que concerne à segurança européia; (b) alargamento e aprofundamento da integração da Europa; (c) preocupação em contribuir de modo efetivo e eficiente à manutenção da estabilidade política no entorno europeu. A tarefa de reconstrução da antiga RDA absorveu e comprometeu importante parcela de recursos financeiros alemães na década de 90. A partir de 1992, os problemas latentes do processo de unificação passaram a emergir com todo o ímpeto, notadamente no que tange aos encargos financeiros envolvidos, resultando em aumento significativo do endividamento do Estado. Os efeitos sociais do processo também se fizeram sentir, sobretudo nos cinco novos Estados, que tardaram a apresentar sinais de recuperação. Por sua vez, os números do desemprego registraram, em um primeiro momento, aumento considerável, e mantêm-se, até hoje, em patamar elevado.

Após 16 anos de governo, a democracia-cristã cedeu lugar, em 1998, à coligação SPD/Verdes, alçando os respectivos líderes, Gerhard Schröder e Joschka Fischer, às posições de Chanceler e Ministro do Exterior. Schröder manteve-se no poder após as eleições de 2002, duramente disputadas e vencidas por margem mínima. O início do segundo governo SPD/Verdes revelou-se extremamente difícil. No plano interno, a estagnação econômica, o elevado déficit público e as altas taxas de desemprego forçaram o governo a avançar impopular conjunto de reformas das legislações trabalhista, previdenciária e do sistema de saúde. O agravamento da crise e o rápido desgaste de sua popularidade forçaram Schröder a antecipar as eleições gerais em um ano. O resultado inconclusivo do pleito, realizado em setembro de 2005, gerou um dos maiores impasses políticos do pós-Guerra e forçou a formação de uma segunda “Grande Coalizão” entre democratas-cristãos e social-democratas, sob a liderança da Chanceler Federal Angela Merkel.

Independentemente das vicissitudes enfrentadas no presente, é inegável que a reunificação capacitou a Alemanha a desempenhar papel de maior relevo no cenário internacional. Com o término da Guerra Fria e a posterior ampliação da União Européia para o leste, a RFA, além de centro geográfico do continente, passou a ser, em certa medida, seu centro econômico e político.

#### **Chanceleres Federais da RFA**

1949-1963	Konrad Adenauer (CDU)
1963-1966	Ludwig Erhard (CDU)
1966-1969	Kurt-Georg Kiesinger (CDU)
1969-1974	Willy Brandt (SPD)
1974-1982	Helmut Schmidt (SPD)
1982-1998	Helmut Kohl (CDU)
1998-2005	Gerhard Schröder (SPD)
2005-	Angela Merkel (CDU)

#### **Política**

O atual Governo alemão é o resultado de coalizão entre o grupamento político democrata-cristão (União Democrata Cristã – CDU e União Social Cristã – CSU<sup>1</sup>) e a Social-Democracia (Partido Social Democrata – SPD, do Ministro do Exterior, Frank-Walter Steinmeier). Tal arranjo político ocorreu anteriormente uma única vez na história da República Federal da Alemanha, no período entre 1966 e 1969, sob o Chanceler Kiesinger. Caracteriza-se, hoje, por certa instabilidade, em razão das diferenças programáticas e da dinâmica de rivalidade entre os dois principais grupos políticos alemães (sendo a CDU de perfil mais conservador, em detrimento de uma política mais alinhada aos interesses dos sindicatos, defendida pelo SPD).

<sup>1</sup> A CSU é partido irmão da CDU e existe apenas no estado da Baviera. Embora sempre aliada à CDU, a CSU tem posições mais à direita do que os democratas-cristãos.

Embora as eleições estejam previstas para 2009, a disputa eleitoral tem precocemente dominado a cena política interna. Em 7 de setembro passado, o SPD anunciou que o Ministro do Exterior Frank-Walter Steinmeier concorrerá ao cargo de Chanceler Federal nas eleições previstas para setembro de 2009. O lançamento da disputa eleitoral condiciona, de certa forma, o ativismo externo do Governo e canaliza as energias políticas para as grandes questões nacionais, ainda que a inter-relação necessária das duas agendas matize esse condicionamento, como tem frequentemente afirmado a própria Chanceler.

No plano político interno, os democratas cristãos procuram preservar o governo Merkel, no entendimento de que manter seu nome como opção viável para as próximas eleições exigirá o esforço de não adotar políticas mais “reformistas” com as quais o partido estava comprometido no início do governo, e, ao mesmo tempo, não deixar que outros partidos (especialmente o SPD) capitalizem sozinho medidas populares adotadas pela Coalizão. À medida que assume posição de centro, o partido adquire a liberdade de adotar políticas mais à esquerda ou à direita no espectro político, sem ter de redefinir sua identidade ou incorrer em contradições programáticas. Reforçando essa percepção, Merkel definiu a orientação do partido de forma tautológica: “lá, onde está o centro, estamos nós; lá, onde nós estamos, está o centro”. Alguns analistas notam, contudo, com certa ironia, que o centro da CDU hoje está bem mais à esquerda do que há dois anos. O SPD moveu-se à esquerda e a CDU acompanhou esse movimento, mas, para ganhar eleições, precisa demarcar suas diferenças em relação ao parceiro de coalizão.

A preferência pela continuidade do governo da Chanceler Ângela Merkel é elevada junto ao eleitorado (situando-se na casa dos 49%, contra 35% de preferência por um governo Steinmeier) e o bom momento econômico vivido pela Alemanha é atribuído, em grande parte, à continuidade das reformas do governo Schröder.

### **Partidos políticos**

CDU – União Democrata-Cristã

CSU – União Social Democrata

SPD – Partido Social-Democrata

FDP – Partido Liberal

Partido de Esquerda (*Die Linke*)

Verdes (*Die Grünen*)

#### CDU/CSU (União Democrata-Cristã/ União Social Democrata -Partido Democrata-Cristão)

A União Democrata-Cristã alemã é o grande partido conservador alemão. Criado após a Segunda Guerra Mundial em torno das idéias democratas-cristãs de Konrad Adenauer, este partido há muito tempo é considerado como a principal força política alemã. A União Cristã Social (CSU) é o braço político da CDU na Baviera, onde esse último partido não existe, e tem uma posição política mais à direita. Os dois partidos compõem uma mesma bancada no Parlamento, a chamada União.

A União tem 223 deputados no Parlamento (36,4% das cadeiras) e 529.980 membros, sendo o maior partido alemão.

#### SPD (Partido Social-Democrata)

O SPD é o mais antigo partido político alemão. A agremiação surgiu no bojo da antiga associação trabalhista ADAV, criada em 1863. Em 1869 foi fundada a SDAP “Partido dos Trabalhadores Social-democrata - *Sozialdemokratische Arbeiterpartei*”. Em 1875, a ADAV e a SDAP uniram-se, formando a base do SPD. Em 1890, adotou-se o nome atual: SPD – Partido Social Democrata.

Após a II Guerra Mundial, sob a liderança de Kurt Schumacher, o SPD foi constituído como um partido ideológico, representando os interesses dos trabalhadores e dos sindicatos.

O SPD não só é o mais antigo partido da Alemanha, mas também – inclusive no plano internacional – o primeiro modelo de um partido de massa, cujo fundamento é um grande número de membros e militantes.

O programa do partido incluiu forte influência marxista, até o histórico Congresso de Bad Godesberg, em 1959. Naquela ocasião, o partido deu uma guinada em sua linha política ao alinhar-se à política da economia social de mercado preconizada pela CDU/CSU. Essa mudança foi acompanhada de uma reafirmação, no programa do partido, da importância de se combater a injustiça social. Hoje, o SPD advoga a modernização da

economia para atender às demandas da globalização, com destaque para as necessidades sociais dos trabalhadores e dos menos favorecidos socialmente.

Desde o início do governo Merkel, o SPD se ressentiu da grande popularidade da Chanceler, que tem contabilizado para seu partido (CDU) o recente dinamismo experimentado pela economia alemã, ainda que esse não possa ser creditado a nenhum programa do governo em especial (fala-se que o crescimento é resultado, de um lado, de condições geradas pelas impopulares reformas de Schröder, e, de outro, da conjuntura econômica mundial, que tem aumentado a demanda por produtos – sobretudo máquinas e bens de alto valor agregado – produzidos na Alemanha).

O SPD tem 222 deputados no Parlamento (36,2% das cadeiras) e 527.087 membros, sendo o segundo maior partido alemão.

#### FDP (Partido Liberal)

Apesar de ter perdido espaço para os Verdes e para o Partido de Esquerda (PDS), o FDP ainda é a terceira agremiação política em termos de cadeiras no Parlamento Federal alemão (61, de um total de 614), tendo obtido cerca de 9,8% do total de votos da última eleição geral para o legislativo, em setembro de 2005. Criado no final de 1948 por políticos egressos do Partido Democrático Alemão (DDP), de orientação liberal, e do Partido Popular Alemão (DVP), de tendência centro-direita, o FDP compõe-se, tradicionalmente, de políticos protestantes, de classe média e alta, que, de certa forma, se consideram seguidores da tradição liberal européia. O FDP procura manter independência com relação à Democracia Cristã (CDU) e o Partido Social Democrata (SPD), distinguindo-se por preconizar de forma mais vocal políticas de mercado.

O FDP tem 61 deputados (10% das cadeiras) no Parlamento e 64.078 membros, sendo o terceiro maior em número de representantes no parlamento e quarto maior em número de filiados.

#### Die Linke (Partido da Esquerda)

O *Die Linke* é resultado de aliança entre o Partido de Esquerda/Partido do Socialismo Democrático - *Linkspartei.PDS* (sucessor do antigo SED da Alemanha Oriental) e da WASG (“Trabalho e Justiça Social – a Alternativa Eleitoral”), dissidência de

minoria da ala esquerda do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), formada inicialmente para as eleições gerais de 2005. Com o sucesso da associação entre os dois partidos, que conseguiram ultrapassar a cláusula de barreira à representação no *Bundestag*, seus líderes propuseram a fusão dos partidos, o que transformaria suas agremiações num ator político de representatividade nacional na Alemanha, já que o *Linkspartei.PDS* tem suas bases nos antigos estados da Alemanha Oriental e o WASG se concentra nos estados ocidentais do país.

O novo partido tem uma bancada única no Parlamento e, por um período transitório até 2010, dois líderes (Lothar Bisky, atual presidente do *Linkspartei.PDS*, e Oskar Lafontaine, fundador da WASG e co-líder da bancada do *Linkspartei.PDS* no Parlamento, foram reeleitos como os dois co-presidentes do *Die Linke*).

O Partido da Esquerda tem crescido recentemente, sobretudo em função da absorção de eleitores tradicionais do Partido Social-Democrata da Alemanha - SPD, insatisfeitos com as reformas do estado social empreendidas durante o segundo Governo Schröder (SPD).

A Esquerda tem 53 deputados no Parlamento (8,6% das cadeiras) e 74.206 membros, sendo o terceiro maior partido alemão em número de filiados e quarto maior em representação no Bundestag.

#### *Bündnis 90/Die Grünen (Os Verdes)*

A coligação partidária Aliança 90/Verdes, também chamada de Partido Verde, foi criada após a reunificação alemã, a partir da fusão da Aliança 90, grupo de ativistas políticos na antiga Alemanha Oriental, e o Partido Verde. É um dos mais antigos e mais bem sucedidos partidos verdes no mundo. A coalizão Aliança 90/Verdes fez parte da coalizão de governo entre 1998 e 2005. Aliados fiéis do SPD nos anos 1990, os Verdes têm feito aliança com partidos de direita em alguns estados.

Os Verdes têm se tornado mais fortes na cena política alemã. Curioso notar que o que poderia ser considerado como a principal fraqueza do partido – ter como elemento aglutinador de seus membros uma causa e não um programa de governo – passa crescentemente a ser vista como grande vantagem.

O partido tem 51 deputados no Parlamento (8,3% das cadeiras) e 44.700 membros, sendo o quinto maior partido alemão.

## **Eleições de 2009**

Dadas as dificuldades de coordenação entre os partidos democrata-cristão (CDU-CSU) e a Social-Democracia (SPD) e as sucessivas crises por que passou a Grande Coalizão nos últimos anos, nenhum dos dois partidos cogita manter a aliança após as eleições de 2009. O cenário é incerto, mas já se esboçam possibilidades de novas coalizões no futuro. Uma das sugestões aventadas seria uma coalizão entre CDU/CSU, FDP e Verdes; outra possibilidade seria a coalizão entre SPD, FDP e Verdes; outra idéia seria uma coalizão entre o SPD e a Esquerda com os Verdes. De acordo com recente pesquisa sobre intenção de votos nos partidos, seria a seguinte a preferência dos eleitores: CDU/CSU: 42%; SPD 28%; FDP: 7%; Linke: 11%; Verdes: 8%.

Considerada apenas a aritmética eleitoral e as afinidades partidárias, a coalizão CDU/CSU+FDP+Verdes parece ser a de concretização mais fácil, pois reuniria dois parceiros tradicionais (CDU/CSU e FDP) e os Verdes, em cujo meio ganham destaque políticos com perfis mais liberal e empresarial.

A ascensão do Partido da Esquerda e a conseqüente dificuldade dos grandes partidos de conseguirem maioria seguindo as alianças tradicionais (CDU-FDP, SPD-Verdes) têm tornado o sistema político alemão mais complexo e virtualmente imprevisível. Para muitos, a política alemã estaria perdendo seu caráter ideológico e as alianças não mais seriam feitas com base em programas partidários, mas na lógica dos acordos sobre questões pontuais.

## **Fundações e ‘think tanks’**

Há instituições independentes e vinculadas aos partidos políticos alemães. No primeiro caso, destaca-se a Fundação Ciência e Política (SWP), principal órgão de pesquisa em política internacional, que controla o Instituto Alemão para Política Internacional e Segurança. Embora independente do ponto de vista acadêmico, a SWP conta com financiamento do governo federal e do parlamento alemão e presta assessoria direta a órgãos do governo. Trata-se do maior “think-tank” alemão e um dos maiores do mundo em número de pesquisadores, muitas vezes trabalhando em parceria com o Ministério do

Exterior na preparação de estudos e reuniões bilaterais. A SWP é particularmente influente junto a parlamentares alemães, que recorrem freqüentemente a documentos preparados pela Fundação para embasar suas posições em debates sobre temas da pauta exterior.

Também merece menção o Conselho Alemão para a Política Externa (DGAP), organização privada e sem fins lucrativos, declaradamente independente e não-partidária, que produz seminários, pesquisas e estudos na área de política internacional. Embora não seja organização oficial, o DGAP tem o apoio financeiro e organizacional do Ministério do Exterior. De tradicional vocação atlanticista, o Conselho vem buscando ampliar seu leque de interesses, sobretudo para Rússia e China.

Entre as fundações vinculadas aos partidos políticos, mantidas com recursos públicos, destaca-se a Fundação Konrad Adenauer (filiada ao Partido CDU), engajada nacional e internacionalmente na “formação política para a paz, a liberdade e a justiça”. A Konrad Adenauer propõe-se a incentivar e preservar a democracia e a unificação européia, a intensificação das relações transatlânticas e a cooperação com base no desenvolvimento político e na economia de mercado. A Fundação tem a função de “think tank” e ainda a de agência consultora e anfitriã de congressos que fornecem análises atuais para negociações políticas. No Brasil, mantém escritórios em Fortaleza e no Rio de Janeiro.

A Fundação Friedrich Ebert (FES), filiada ao Partido SPD, tem por objetivo “a formação política e social com base no espírito da democracia e do pluralismo”, bem como “possibilitar a jovens, independentemente de sua condição econômica, o acesso ao estudo superior com bolsas de estudos, assim contribuindo para o entendimento e a cooperação internacional”. A FES mantém escritórios em mais de 100 países. No Brasil, seu escritório de representação é em São Paulo.

A Fundação Hanns Seidel (filiada ao Partido CSU) ostenta o lema “a serviço da democracia, da paz e do desenvolvimento” e desempenha suas funções sobretudo na Alemanha, principalmente na Baviera, mas também no exterior.

A Fundação Friedrich Naumann, ligada ao partido FDP, propõe-se a ressaltar o princípio de liberdade com dignidade em todos os setores da sociedade, na Alemanha e no exterior. O trabalho internacional incentiva estruturas democráticas, de economia de mercado e de direito estatal, para que “sempre mais pessoas no mundo possam viver em uma sociedade democrática e liberal”. Possui escritório em São Paulo.

Filiada ao Partido Verde, a Fundação Henrich Böll entende seu trabalho como parte da corrente verde na política, que se ocupa, além fronteiras, dos debates sobre correntes políticas tradicionais do socialismo, do liberalismo e do conservadorismo. Mantém escritório no Rio de Janeiro.

Por fim, a Fundação Rosa Luxemburgo, do Partido de Esquerda, tem por objetivo “organizar a formação política, ampliar informações sobre contextos de sociedade em um mundo globalizado, injusto e sem paz e fazer a análise crítica do capitalismo atual”. É um “think-tank” de políticas alternativas. Concede bolsas de estudo e apóia o engajamento para a paz e os entendimentos entre os povos como meios de alcançar maior justiça social e solidariedade. Os temas principais do trabalho no exterior são as tendências neoliberais de globalização, a prevenção de violência e a integração de grupos marginalizados na sociedade. Mantém escritório em São Paulo.

Todas essas fundações têm uma importante atuação no Brasil, promovendo projetos, seminários, intercâmbio de pessoas em diferentes áreas. Pode-se afirmar que todas elas privilegiam as questões relacionadas ao meio ambiente, aos direitos humanos e ao desenvolvimento social em sua atuação no País.

### **Política Externa**

A integração na União Européia (UE) e na aliança militar ocidental (OTAN) são os dois pilares em que se assenta a política externa alemã. A UE é mais do que um vínculo econômico com a Europa: é a própria definição da inserção do país no cenário internacional no pós-guerra e, mais recentemente, na macroestrutura pós-Guerra Fria. Essa inserção não afetou a indissolúvel inclusão das Forças Armadas alemãs na estrutura militar da OTAN.

A cristalização do posicionamento da Alemanha no bloco europeu e na OTAN, ao mesmo tempo em que representou a abdicação de certos aspectos da recuperada soberania alemã, propiciou o cumprimento de outros objetivos de sua política externa, como a reaproximação, em novas bases, a seus vizinhos. Notoriamente, o processo de integração europeu levou a uma nova relação da Alemanha com a França, os países do leste europeu e a Rússia, cicatrizando chagas históricas, resgatando hipotecas e criando novos laços econômicos. A política externa e de segurança da Alemanha pautou-se pela construção de

confiança junto a seus vizinhos. A reconciliação com a França construiu-se tendo por base a integração política europeia e a importância da economia alemã para o resto do continente. Hoje, a Alemanha encontra-se entre os maiores provedores para a UE, apesar dos significativos desafios que se seguiram à reunificação, a partir de 1990.

No plano global, a Alemanha permaneceu fiel a um multilateralismo quase reflexivo, mediante a ênfase em valores (democracia, direitos humanos, institucionalidade, responsabilidade social) e a defesa do fortalecimento e alargamento das instituições internacionais. A Alemanha procura assumir papel político de destaque em praticamente todas as crises internacionais. É ator relevante no tratamento de temas que envolvem desafios à Aliança Atlântica, como as questões afetas ao Oriente Médio, à não-proliferação (Irã e Coreia do Norte), assim como a qualquer situação que envolva riscos ao abastecimento energético (petróleo e gás) e ao livre-comércio.

De particular significado histórico foi a decisão do ex-Chanceler Schröder de não apoiar a invasão norte-americana ao Iraque em 2003. A decisão alemã, que obviamente provocou reações negativas em Washington, foi um marco no sentido de refletir o interesse das principais potências da União Europeia (Alemanha e França, que tampouco apoiou a invasão) em indicar não estarem dispostas a uma política de alinhamento automático aos EUA, apesar dos laços históricos forjados a partir da reconstrução da Europa Ocidental no pós-Guerra sob o guarda-chuva militar e econômico norte-americano.

O protagonismo alemão esbarra, no entanto, em limitações de ordem objetiva, sendo as mais evidentes: a) restrições orçamentárias sobre a política externa; b) inadequação do modelo das forças armadas e do orçamento militar para missões expedicionárias; e c) desvantagens geopolíticas (ausência de bases militares no exterior e de tradição diplomática em certas regiões).

Graças ao Acordo de Coalizão, a atual política externa reflete a continuidade, embora por outros métodos e diferente estilo, das principais linhas de ação do Governo Schröder, com a provável exceção do binômio relações transatlânticas/União Europeia. Um dos principais aspectos do governo Merkel é o retorno a uma política externa centrada em boas relações com a Europa e os Estados Unidos. A exemplo de outros políticos que viveram na porção europeia sob influência soviética, Angela Merkel crê firmemente na parceria com os EUA e considera o reforço dessa aliança, bem como o aprofundamento da

União Européia, como modos de equilibrar a crescente importância econômica e política do Oriente em geral e, em particular, da Rússia, principal fornecedor de energia para a Europa.

O centro gravitacional da política externa alemã parece, contudo, ampliar-se rumo ao oriente, tanto por razões econômicas (crescimento acelerado de Rússia, China e economias asiáticas) quanto políticas (ordenamento da Europa Oriental, parceria com a Rússia, fortalecimento de China e Índia, conflitos no Oriente Médio, questão nuclear iraniana). Trata-se, em princípio, de tendência estrutural, resistente às tentativas da Chanceler Federal de favorecer vínculos mais próximos com Washington.

A atual política externa alemã parece estar transitando de uma ênfase na assistência ao desenvolvimento para uma maior ênfase no combate à instabilidade. A diplomacia alemã tornou-se, assim, mais robusta, como resultado de reformas constitucionais que permitiram ao país assumir papel mais proeminente nas iniciativas voltadas à manutenção e à construção da paz, bem como à construção do arcabouço institucional de países.

O ano de 2007 foi pleno de realizações e de um acentuado protagonismo para a Alemanha no cenário internacional. A “dupla presidência” (da UE e do G-8) ensejou à Chanceler Merkel e ao Ministro do Exterior, Frank-Walter Steinmeier, oportunidades para reforçar a imagem da Alemanha como país líder da Europa, potência de alcance mundial e defensora de causas globais importantes como mudança do clima, democracia, desarmamento e não-proliferação e direitos humanos.

Nesse contexto insere-se o interesse alemão em ter uma atuação mais destacada nas Nações Unidas. Como grande contribuinte não só para o orçamento regular mas também para os fundos voluntários, a Alemanha, ainda que atuando dentro da UE, tem uma influência decisiva nas posições que a Europa defende nas negociações multilaterais. A demanda dos Estados Unidos, após a Guerra do Golfo, no início dos anos 90, de que a Alemanha arcasse com parte substancial dos custos financeiros para expulsar as tropas de Saddam Hussein do Kuwait despertou os formuladores da política exterior germânica para a necessidade de uma representação nas Nações Unidas mais consentânea com o peso econômico e político do país. Daí a postulação por um assento permanente no contexto da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e seu engajamento no G4, junto com Brasil, Índia e Japão.

O ano de 2008 abriu-se, porém, de maneira não tão promissora para a diplomacia

alemã. A crise política no interior da Grande Coalizão (o Ministro e Vice-Chanceler Steinmeier foi apontado pelo SPD como candidato a Chanceler nas eleições de 2009); a transformação do panorama europeu, com a vertiginosa entrada em cena do Presidente Nicolas Sarkozy; e os incertos rumos da política externa americana em ano eleitoral são elementos que podem restringir o espaço de manobra alemão no cenário internacional.

### Economia

Dados divulgados em setembro de 2008 pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Comissão Européia indicam que a Alemanha estaria perto de uma recessão. Institutos de pesquisa econômica, bem como indicadores do clima de negócio, de consumo e do mercado financeiro do país, avaliam, igualmente, uma desaceleração da conjuntura alemã. Não obstante, o Ministro Federal das Finanças, Peer Steinbrück (SPD), manteve a previsão do Governo Federal de crescimento do PIB em 1,7% e diz não acreditar em recessão.

No início de setembro, a OCDE apresentou novos dados relativos ao desempenho econômico dos países membros, alterando seu prognóstico de crescimento econômico alemão para 1,5%. A projeção do PIB para a zona do Euro foi igualmente corrigida, de 1,7% para 1,3%, bem como os prognósticos para as variações do PIB na França (reduzido de 1,8% para 1,0%) e na Itália (de 0,5% para 0,1%).

A OCDE aponta os seguintes motivos que estariam afetando o crescimento global: crise financeira, queda no mercado imobiliário e alta dos preços das matérias primas. Os efeitos da recuperação do dólar frente ao euro seriam dúbios: de um lado melhoram as chances das exportações favorecendo, portanto, o crescimento econômico, de outro, elevariam o preço das matérias prima importadas, contribuindo para alta da inflação. Motivos semelhantes aos apontados pela OCDE seriam responsáveis, segundo a Comissão Européia, pela recessão latente que teria se estabelecido atualmente na Alemanha, no Reino Unido e na Espanha.

No segundo trimestre de 2008 registrou-se retração da economia alemã em 0,5%, o que não acontecia já há quase 4 anos. Indicadores importantes tais como o índice IFO, que mede o clima de negócio na Alemanha, bem como o índice GfK, relativo ao mercado

consumidor, e o ZEW, elaborado pelos peritos do mercado financeiro, apontam para um desaquecimento da economia e encontram-se em posição tão baixa como nunca antes vista. Já o Instituto de Economia Mundial (IfW) de Kiel, um dos institutos mais prestigiados na Alemanha, corrigiu seu prognóstico sobre o crescimento do PIB alemão em 2008, antecipando uma estagnação em 2009. Os novos números do IfW descrevem um cenário particularmente sombrio para 2009, com crescimento marginal de 0,2%, contra a projeção prévia de 1%.

Contrariando este cenário negativo, dados divulgados recentemente pelo Departamento Federal de Estatísticas (Destatis) apontam um crescimento de 6,9% das exportações alemãs no primeiro semestre de 2008, quando comparado ao mesmo período de 2007. O Destatis comenta, ainda, que as exportações alemãs para o leste europeu (principalmente para os novos membros da UE, Bulgária e Romênia) tiveram aumento considerável, cerca de 27%. Em média, as exportações alemãs para países membros da UE aumentaram em 5% quando comparadas ao mesmo semestre de 2007. Chama a atenção o importante aumento das exportações alemãs para os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), em especial para o Brasil. Entre os BRICs, as exportações da Alemanha para o Brasil teriam registrado aumento de 28% no primeiro semestre de 2008, superior à variação registrada nas exportações para a Rússia (+23,4%), Índia (+22,5%) e China (+20,6%). De outro lado, o movimento das exportações alemãs para os EUA aumentou apenas 2,5%, e permaneceu inalterado no caso do Japão, em 0,7%.

Aliado ao bom desempenho do setor exportador, que permitiu ao Governo alemão manter os prognósticos de crescimento do início do ano, a tendência positiva no mercado de trabalho alemão persiste: o número de desempregados na Alemanha diminuiu em agosto para 3,2 milhões, o que equivale à criação de 40 mil empregos em comparação ao mês anterior. A taxa de desemprego também caiu no mês, em 0,1%, para 7,6% (em 2007, a taxa era de 8,8%). Pode-se assim observar que até o momento o mercado de trabalho tem permanecido indiferente à contração da conjuntura.

Nesse contexto, ainda que haja previsão de desaceleração em 2008, o ciclo de crescimento econômico iniciado no final de 2005 parece não se ter esgotado. Permanecem os principais fatores que explicam a recuperação do nível de atividade econômica: exportações crescentes (incremento de 8,5% em 2007 e de 5% projetados para 2008); maior

demanda por máquinas e equipamentos (8,4% em 2007, 5% para 2008); expansão, embora em menor escala, no setor de construção civil (aumento de 2% em 2007, apesar de redução estimada em 21,4% para 2008). Não se descarta, ademais, certo aumento do consumo doméstico, estimulado pela elevação no nível de emprego (1,7% em 2007 e previsão de 3,4% para 2008). O aumento de 3% do Imposto sobre Valor Agregado (de 16 para 19%), em janeiro de 2007, e a eliminação de vários incentivos fiscais não freou o crescimento econômico alemão na proporção em que previam os analistas.

Essencial para o bom desempenho econômico será uma conjuntura internacional favorável, visto que o vigoroso desempenho das exportações, nos últimos anos, está na origem da recuperação econômica e é seu principal motor. As vendas externas continuarão se expandindo, embora com menor vigor, com base nas premissas de: crescimento de 3,1% da economia mundial; preços estáveis com tendência à baixa nos mercados de combustíveis fósseis; manutenção de uma política de juros levemente expansiva na zona euro; e desvalorização pouco significativa do dólar.

No plano doméstico, a contínua expansão das exportações, combinada aos efeitos de reformas sociais e econômicas iniciadas pelo Governo alemão, então sob o comando de Gerhard Schröder, em 2003 (entre as quais, redução da carga tributária e certa flexibilização da estabilidade do emprego), deverão seguir estimulando, ao longo de 2008, investimentos adicionais em máquinas, equipamentos e em novas instalações fabris, novas contratações de mão de obra e, em menor medida, expansão do consumo.

O crescimento de 2,5% em 2007 (2,9% em 2006 e 0,8% em 2005), em um quadro de estabilidade de preços, gerou maior arrecadação tributária, viabilizando, já em 2007, a redução do déficit público a patamar compatível com o Pacto de Estabilidade e Crescimento do Acordo de Maastricht (3% do PIB). Para 2008, projeta-se déficit de 0,5% do PIB. Não obstante a recuperação da situação fiscal, permanece o desafio de melhorar a qualidade do gasto público, reduzindo despesas de custeio e benefícios sociais e, em contrapartida, aumentando os investimentos produtivos.

### **Comércio Exterior**

Maior nação exportadora do mundo (USD 1,3 trilhões em 2007), a Alemanha tem-se notabilizado por uma economia cada vez mais dependente do mercado internacional.

Nos últimos dez anos, não fosse o aumento de quase 80% nas exportações, o PIB alemão jamais teria conseguido registrar o crescimento de aproximadamente 15% alcançado no período (a estagnada demanda interna segue como o grande ponto vulnerável da economia).

O volume de comércio (exportações mais importações) da Alemanha foi USD 2,4 trilhões em 2007, apresentando crescimento de 18,4 % em relação ao ano anterior. No mesmo ano, a balança comercial da RFA registrou um superávit de USD 267,7 bilhões, aumento de 33,0% em relação a 2006.

Paradoxalmente, a Alemanha tem-se distinguido por um perfil singularmente baixo no âmbito das negociações comerciais, que não guarda proporção com a dimensão dos seus interesses. Com relação às negociações de Doha, é preciso distinguir entre os aspectos econômicos e políticos. Do ponto de vista econômico, há forte interesse por uma conclusão bem sucedida da Rodada diante da importância que o setor exportador desempenha na economia do país. Neste contexto, os interesses ofensivos da Alemanha na Rodada residem na ampliação do acesso a mercados para seus produtos industriais. No entanto, vale lembrar que quase  $\frac{3}{4}$  das exportações alemãs (aproximadamente 65%) destinam-se a países da UE, ou seja, onde já se beneficiam de isenção tarifária. Não fica claro se uma baixa generalizada de tarifas de importação levaria a um benefício direto para as empresas alemãs, uma vez que muitos setores, como o automobilístico, passariam a ter que disputar os mercados emergentes com produtores de outras nacionalidades.

Já os interesses defensivos alemães encontram-se em agricultura (sobretudo o açúcar, mas também as carnes), que, embora represente cerca de 1,5% do PIB alemão, detém força política suficiente para tornar ambíguo o engajamento da Alemanha na conclusão das negociações multilaterais na OMC. Ambos os Ministros envolvidos na negociação de Doha, Michael Glos (Economia) e Horst Seehofer (Agricultura), são membros da CSU, o componente bávaro da coligação CDU/CSU da Chanceler Angela Merkel. A posição da Baviera em matéria agrícola é tão protecionista quanto a francesa. Grande parte dos produtores agrícolas alemães estão na Baviera, e a atuação dos Ministros da CSU com relação à abertura do mercado alemão para importações agrícolas tem sido discreta. O eleitorado da Baviera representa 15% do total do eleitorado alemão e é tradicional reduto eleitoral da coligação CDU/CSU. Por fim, é preciso levar em consideração o apoio alemão à França dentro da UE. Foi, em última análise, o apoio dado

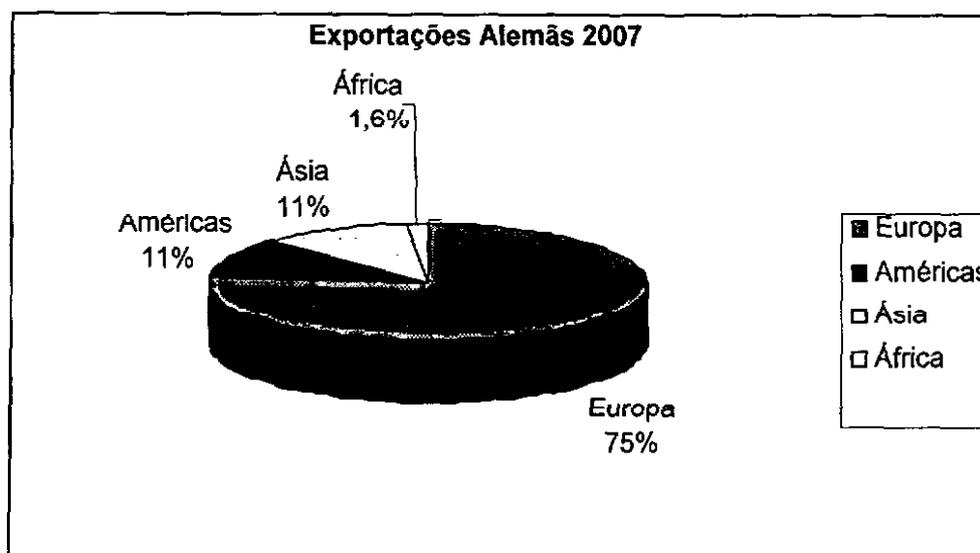
pelo Governo Schröder às posições protecionistas francesas que impediu reforma mais ampla da PAC em 2003.

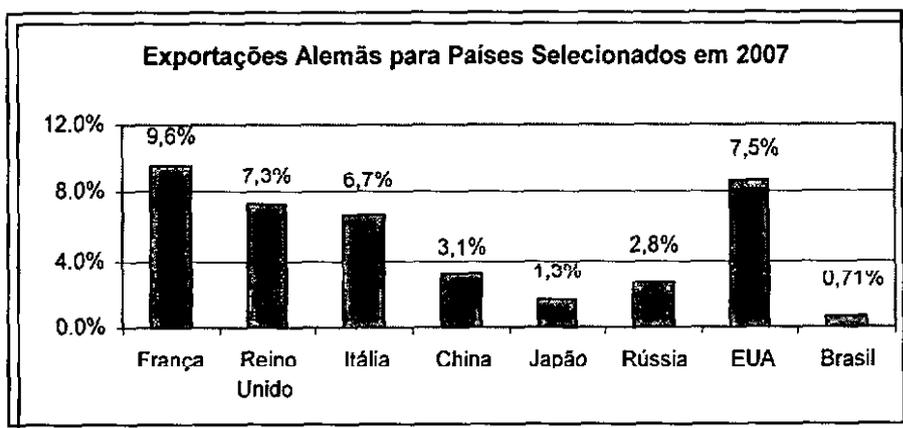
### Exportações

A Alemanha foi considerada, pelo quarto ano consecutivo, a maior nação exportadora do mundo, havendo as exportações totalizado USD 1.327,2 bilhões em 2007 (crescimento de 19,7 % em relação a 2006).

Os principais destinos das exportações alemãs são: Europa 75% (França 9,7%, Reino Unido 7,31%, Itália 6,71%, Holanda 6,42%, Áustria 5,43%, Rússia 2,80%); Ásia 11% (China 3,11%, Japão 1,34%; Coreia do Sul 0,90%, Índia 0,76%); Américas 11% (EUA 7,56%, Brasil 0,71%, México 0,68%, Canadá 0,65%; Argentina 0,17%, Chile 0,12%); África 1,6% (África do Sul 0,73%, Egito 0,22%, Tunísia 0,13%, Marrocos 0,13, Argélia 0,12%).

Os principais produtos exportados são: automóveis, máquinas e equipamentos, químicos, eletro-eletrônicos, aço e ligas nobres.



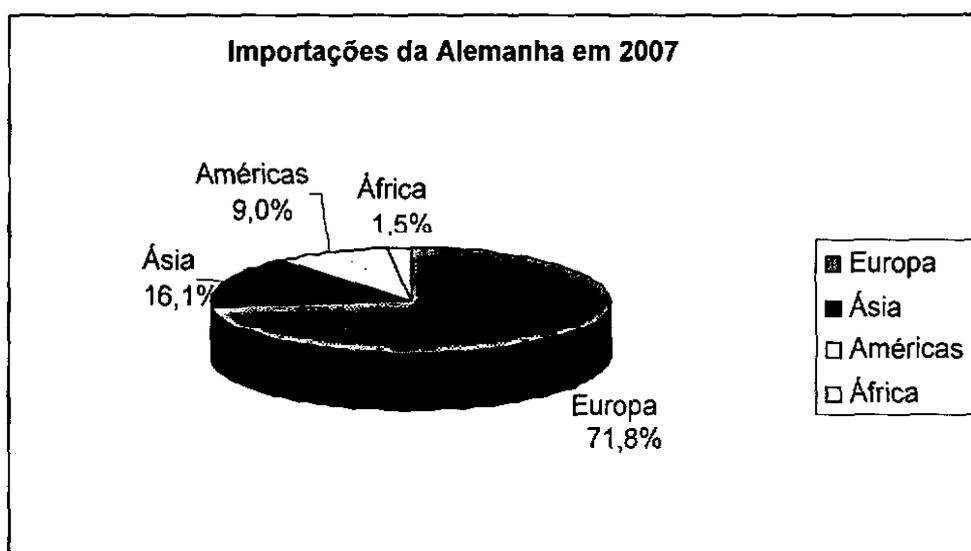


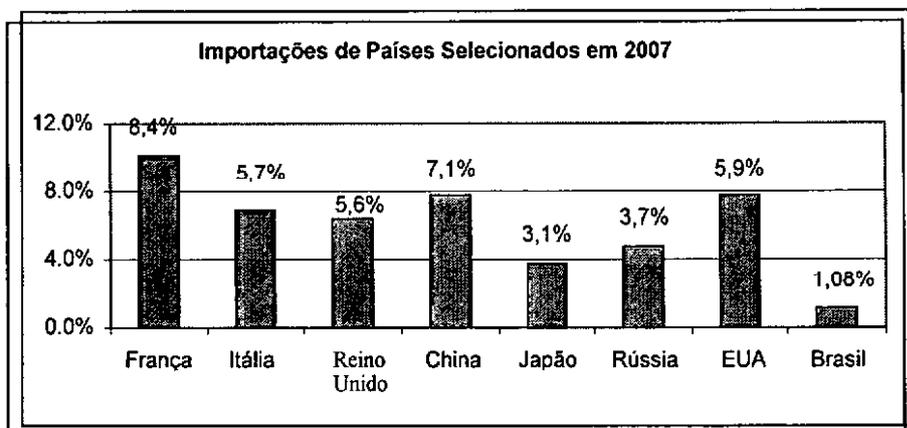
## Importações

As importações somaram USD 1.059,5 bilhões em 2007 (crescimento de 16,8 % em relação a 2006).

Os principais países de origem das importações são: Europa 71,8% (França 8,41%; Holanda 8,32%, Itália 5,73%, Reino Unido 5,62%, Rússia 3,7%); Américas 9,0% (EUA 5,91%, Brasil 1,1%, México 0,48%, Canadá 0,46%, Chile 0,33%, Argentina 0,19%); Ásia 16,1% (China 7,1%, Japão 3,1%, Coreia do Sul 1,23%); África 1,5% (África do Sul 0,56%, Tunísia 0,13%, Argélia 0,12%).

Os principais produtos importados são: máquinas e equipamentos, automóveis e autopeças, petróleo, gás natural, produtos alimentícios, têxteis, metais.





## **RELAÇÕES BRASIL – ALEMANHA**

### **Situação atual**

O relacionamento entre o Brasil e a Alemanha é, tradicionalmente, sólido e denso. As relações bilaterais são marcadas por convergência de percepções, valores e interesses, o que tem permitido atuar conjuntamente em questões globais. O tom geral do relacionamento é positivo, inexistindo problemas significativos entre os dois países.

Observa-se em meios políticos, empresariais e entre formadores de opinião alemães uma avaliação positiva das percepções do Brasil como sociedade, economia e agente internacional de crescente relevância. Desse interesse acrescido por diversos aspectos da realidade brasileira parece estar de fato emergindo na Alemanha uma visão diferenciada do Brasil, de sua individualização no contexto regional latino-americano e frente aos outros grandes países em desenvolvimento.

Essa evolução positiva parece resultante de movimentos sinérgicos nos dois países:

- a) de um lado, a contribuição diferenciada que o Brasil vem aportando para o encaminhamento de grandes questões internacionais, de que são exemplos os esforços para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a interação G-8/G-5; os avanços econômicos e sociais que logramos nos últimos anos; a retomada do crescimento sustentado

econômica, política e socialmente; e nossa disposição e capacidade de atuar como força moderadora e de equilíbrio na América do Sul; h) de outro, as aspirações da Alemanha a exercer maior protagonismo político-diplomático global, com base em uma atuação multilateral sensível aos novos temas e configurações de poder mundiais; a priorização da segurança energética e mudança do clima – temas nos quais o Brasil atua com protagonismo –, como focos prioritários dessa atuação; e a constante busca de suas lideranças empresariais por novas oportunidades de investimento e inovação na economia globalizada.

O bom entendimento político não tem sido acompanhado de aproveitamento das oportunidades de investimentos no Brasil em setores como infra-estrutura, área que carece de dinamização na relação bilateral. A Alemanha tem com o Brasil tradição de cooperação industrial, sobretudo na área de bens de capital, e de transferência de tecnologia. Não há, contudo, tradição de cooperação na área de infra-estrutura, do que é reflexo a ausência da Alemanha no processo de privatizações ocorrido no Brasil.

### **Relações comerciais bilaterais**

A Alemanha desempenhou papel fundamental na industrialização brasileira a partir de 1950 e exerceu considerável influência sobre o desenvolvimento científico e tecnológico do País. O Brasil, por sua vez, foi instrumental para a reinserção da RFA na economia internacional após a Segunda Guerra. Trata-se de uma integração bilateral com sentido verdadeiramente estratégico: no Brasil, encontra-se o maior parque industrial alemão entre as economias emergentes. Todos os grandes conglomerados industriais da RFA possuem investimentos produtivos – e altamente lucrativos – na economia brasileira.

A participação da Alemanha no estoque total de IED no Brasil vem diminuindo. Segunda maior origem de investimentos, em 1995, a Alemanha ocupa hoje a sexta posição. Ademais, as novas inversões seguem direcionadas para o setor industrial, permanecendo ausentes dos setores de infra-estrutura e logística - uma das principais lacunas do relacionamento econômico bilateral, responsável, em grande parte, pela drástica redução da participação relativa da Alemanha no total de IED no Brasil a partir de 1995.

O comércio bilateral tem batido recordes sucessivos, acompanhando os excelentes desempenhos dos setores exportadores brasileiro e alemão.

### **Análise do comércio bilateral**

Em 2007, pela primeira vez, a corrente de comércio bilateral superou os USD 15 bilhões. Durante os seis meses iniciais de 2008, o intercâmbio comercial bilateral já somou o equivalente a USD 11 bilhões. Se a tendência verificada em janeiro-julho persistir, a corrente total em 2008 poderá aproximar-se dos USD 20 bilhões.

O valor total exportado pelo Brasil no ano passado foi de USD 7,21 bilhões (crescimento de 26,2% em relação aos USD 5,69 bilhões verificados em 2006). De janeiro a julho deste ano, o Brasil exportou USD 4,82 bilhões para a RFA. As importações brasileiras da Alemanha também registraram incremento, tanto em 2007 quanto em janeiro-julho de 2008. O valor total importado no ano passado foi de USD 8,66 bilhões, o maior resultado já obtido pela RFA em seu comércio com o Brasil. Entre janeiro e julho deste ano, a Alemanha já exportou USD 6,78 bilhões ao Brasil e a previsão, para até o final do ano, é que as exportações alemãs registrem um aumento de até 34%, podendo superar a barreira dos USD 10 bilhões.

Em termos relativos, a participação da Alemanha na balança comercial brasileira pouco se alterou em 2007: o país absorveu cerca de 4,5% de nossas exportações e respondeu por 7,2% de nossas importações. A RFA é o 5º maior mercado internacional de destino dos produtos brasileiros e passou a ser o 4º maior fornecedor - depois dos EUA, da China e da Argentina. O Brasil aparece na 25ª posição do ranking alemão de corrente comercial, na 28ª posição no ranking das exportações alemãs e a 24ª no das importações. No total, o intercâmbio bilateral com o Brasil representa menos de 1% do comércio exterior alemão.

Prevalecem os produtos básicos na pauta exportadora brasileira, refletindo um perfil que caracteriza não apenas o comércio do Brasil com a Alemanha, mas com toda a União Européia. Em 2007, as principais exportações foram: minério de ferro e seus concentrados (12,9%), café em grão (9,53%), carne de frango e de peru (5,55%), soja em grão e farelo de soja (5,10%), sulfetos de minérios de cobre (3,05%), óleos bruto de petróleo (2,81%) fumo em folha (2,25%) e carne bovina (1,96%). Não obstante a preponderância dos bens

primários, foi digna de nota, em 2005, a elevação dos automóveis à condição de segundo maior produto exportado. Os principais produtos industrializados exportados pelo Brasil ao mercado alemão foram automóveis (10%), laminados de ferro e aço (5,0%), motores para veículos e suas partes (4,57%), autopeças (3,4%) e aviões a jato (1,7%).

Na pauta de importação brasileira da Alemanha destacou-se uma variedade de produtos industrializados, como: máquinas, aparelhos, instrumentos mecânicos e partes (11,21%), automóveis e suas partes, caminhões-guindaste, partes para tratores (10,05%), produtos farmacêuticos (3,10%), produtos químicos e orgânicos (2,96%).

Balança comercial Brasil-Alemanha entre 1998 e 2008 (em US\$ milhões FOB)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
<b>Exportações</b>	3.005	2.544	2.525	2.501	2.537	3.135	4.036	5.023	5.691	7.211	4.812
<b>Importações</b>	5.239	4.713	4.420	4.811	4.422	4.200	5.072	6.143	6.503	8.669	6.785
<b>Saldo</b>	-2.234	-2.169	-1.895	-2.310	-1.885	-965	-1.036	-1.120	-812	-1.457	-1.972
<b>Corrente</b>	8.244	7.257	6.945	7.312	6.959	7.335	9.108	11.166	12.194	15.880	11.597

(\* Janeiro a Julho 2008) Fonte: SECEX/MDIC.

### **Análise do fluxo bilateral de investimentos**

De acordo com o Banco Central (Censo de Capitais de 2000 mais ingressos no período 2001-2007), o estoque total de investimentos alemães no Brasil ultrapassou os 11 bilhões de dólares (cerca de 4,7% do total geral) no final do ano passado. Essas estatísticas posicionam a Alemanha como o sexto maior investidor na economia brasileira, superada apenas por EUA, Países Baixos, Espanha, Ilhas Cayman e França. Vale notar que a inclusão das Ilhas Cayman entre os maiores investidores deve-se às suas características fiscais.

Novos investimentos alemães foram anunciados desde 2005, cabendo destacar a usina siderúrgica que a ThyssenKrupp deverá instalar, em parceria com a Vale do Rio Doce, no Estado do Rio de Janeiro (próximo ao Porto de Sepetiba). A usina exigirá um aporte de capital de USD 1,5 bilhão e gerará aproximadamente 3,5 mil postos de trabalho. Também há que se realçar a inauguração, em 2006, da primeira fábrica de pneus da

Continental (quarto produtor mundial) no Brasil, mais especificamente na Bahia. O investimento totalizou quase USD 260 milhões e também se destina à produção para exportação. Em 1º de abril de 2008, concretizou-se a compra da Petroflex pela Lanxess AG, em negócio de cerca de 200 milhões de Euros.

Quanto aos investimentos do Brasil na Alemanha, cumpre realçar o aumento de 141% registrado no período 2001-2006 (dados mais recentes). Segundo levantamento do Banco Central sobre capitais do Brasil no exterior, o estoque brasileiro na Alemanha chegou a cerca de 232 milhões de dólares em 2006. Entre os exemplos bem-sucedidos nessa área estão os das empresas brasileiras Sabó (autopeças) e DBA (software). Ademais, com a fusão entre a Ambev e a Interbrew, uma empresa de capital parcialmente brasileiro passou a ser um dos maiores fabricantes de cerveja na Alemanha, incluindo duas das principais marcas do mercado (Beck's e Hasseröder). Reconhecendo o potencial desse fluxo, a agência oficial alemã *Invest in Germany* incluiu o Brasil na primeira leva de seu novo programa de organização de missões para potenciais investidores estrangeiros.

### Visitas

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Alemanha em janeiro de 2003, em sua primeira viagem ao exterior após sua posse.

O Presidente Horst Köhler realizou visita oficial ao Brasil entre os dias 7 e 12 de março de 2007. Além de Brasília, o roteiro incluiu as cidades de Foz do Iguaçu, Manaus e Recife. O lema de sua visita, conforme divulgado nos meios alemães, foi “o primado da lei, democracia e luta contra a pobreza”, que corresponde ao multilateralismo reflexivo da Alemanha, baseado na defesa de valores. Conforme assinalado pelo Presidente Köhler, sua visita ao Brasil tinha o propósito de sinalizar a crescente importância do País nos círculos decisórios internacionais e reafirmar a parceira estratégica formalmente estabelecida durante a gestão do Chanceler Schröder.

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, esteve em Berlim em 13 de março de 2007 e foi o primeiro membro do Governo brasileiro a ser recebido pela Chanceler Federal alemã, em encontro voltado principalmente às negociações da

Organização Mundial do Comércio (OMC). O Ministro do Exterior, Frank-Walter Steinmeier, visitou o Brasil em 4 e 5 de maio de 2006, tendo sido recebido pelo Presidente da República e pelo Ministro das Relações Exteriores. Tal visita, realizada menos de seis meses após a posse do Presidente Lula em seu segundo mandato, sinalizou maior atenção, pela parte alemã, às questões latino-americanas, em comparação com a gestão anterior.

Em 2008, visitaram o Brasil o Vice-Presidente do Parlamento Federal e o Presidente da coligação CDU/CSU, Volker Kauder, que cumpriu extensa agenda de encontros e teve audiência com o Presidente Lula. Visitaram a Alemanha, em 2008, o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, para participar da reunião de Consultas Políticas Brasil-Alemanha, e o Secretário-Executivo do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, Ivan Ramalho, durante realização do encontro do Grupo de Trabalho Bilateral do Agronegócio, em Nuremberg. O Ministro do Meio Ambiente alemão, Sigmar Gabriel, esteve no Brasil entre 28 de abril de 2 de maio de 2008.

A visita da Chanceler Angela Merkel ao Brasil, realizada de 13 a 15 de maio último, propiciou o aprofundamento do diálogo em temas da agenda bilateral, regional e global. A reunião de trabalho com o Presidente Lula foi seguida da assinatura dos seguintes Atos: a) da assinatura do Acordo sobre Cooperação no Setor Energético com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética; b) da troca de Notas diplomáticas que mantêm em vigor o Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado entre o Brasil e a Alemanha em 1975; c) da adoção do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Alemanha, que atualiza o Plano adotado durante a visita ao Brasil, em 2002, do então Chanceler Federal da Alemanha, Gerhard Schröder; d) da assinatura do Acordo sobre Cooperação Financeira, que prevê a concessão, pela Agência de Cooperação alemã (KfW), de contribuições financeiras no valor de quarenta milhões de euros para financiamento no Brasil de três projetos na área ambiental em benefício da região amazônica (manejo florestal sustentável, Fundo para Áreas Protegidas, Projeto Arpa II em Áreas Protegidas) e de cooperação trilateral de combate à AIDS.

A visita da Chanceler Angela Merkel ao Brasil insere-se no contexto de uma “revisão” da política alemã para a América Latina. Serviu para confirmar as percepções

positivas da Alemanha sobre o Brasil e explorar possibilidades de aprofundamento do relacionamento bilateral.

### **Grupo Parlamentar Alemanha - Brasil**

O Parlamento Federal alemão (*Bundestag*) dispõe atualmente de 53 grupos parlamentares que mantêm contatos bilaterais com outros Parlamentos nacionais. Os grupos parlamentares compõem-se de uma fusão de membros de diferentes bancadas, sem estatuto ou regulamento próprio. Os deputados podem participar no máximo de cinco grupos parlamentares. No início de cada legislatura eles são constituídos pela presidência do Parlamento.

A finalidade dos grupos parlamentares é manter um diálogo contínuo com os Parlamentos nacionais dos diversos Estados parceiros. Trata-se de um intercâmbio de informações e opiniões entre parlamentares, como também do contato com representantes do governo e da sociedade civil. Além do fomento às estruturas democráticas parlamentares, desempenham também um papel importante nos grupos o fortalecimento dos direitos humanos, a atuação coordenada na superação de crises, assim como o controle parlamentar da política externa do governo alemão.

Integram o grupo parlamentar Alemanha - Brasil da 16<sup>o</sup> legislatura:

Presidente: Kurt J. Rossmanith (CDU/CSU)

Vice-Presidente.: Dr. Carl-Christian Dressel (SPD)

Vice-Presidente: Joachim Günther (FDP)

Vice-Presidente: Alexander Ulrich (*Die Linke*)

Vice-Presidente: Bärbel Höhn (*Bündnis 90/Die Grünen*)

### **Parceria Estratégica Brasil-Alemanha**

O Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil Alemanha foi assinado em maio passado, por ocasião da visita ao Brasil da Chanceler Angela Merkel. O Plano de Ação

atualiza Programa adotado durante a visita ao Brasil, em 2002, do então Chanceler Federal da Alemanha, Gerhard Schröder, e reflete a determinação dos dois países em intensificar o relacionamento tanto no plano bilateral quanto na coordenação sobre temas de interesse mútuo em foros multilaterais.

### **Comissão Mista e Encontro Econômico Brasil-Alemanha**

A Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica tem-se reunido anualmente, sem interrupções, desde sua criação em 1974. Inicialmente concebida como canal para reivindicações da indústria alemã junto ao Governo brasileiro, a Comissão -- que, desde a década de 80, realiza-se em conjunto com encontro empresarial -- transformou-se num foro mais amplo de diálogo econômico, contando com expressiva participação de autoridades e executivos de ambos os países. Em 1998, a Comissão e o Encontro Empresarial passaram a reunir-se sob a bandeira de um único evento: o Encontro Econômico Brasil-Alemanha.

A idéia básica do Encontro Econômico é reunir representantes dos setores público e privado com o fim de identificar as áreas prioritárias de interesse comum entre Brasil e Alemanha, avaliar as perspectivas do relacionamento, apontar as dificuldades existentes e sugerir providências específicas.

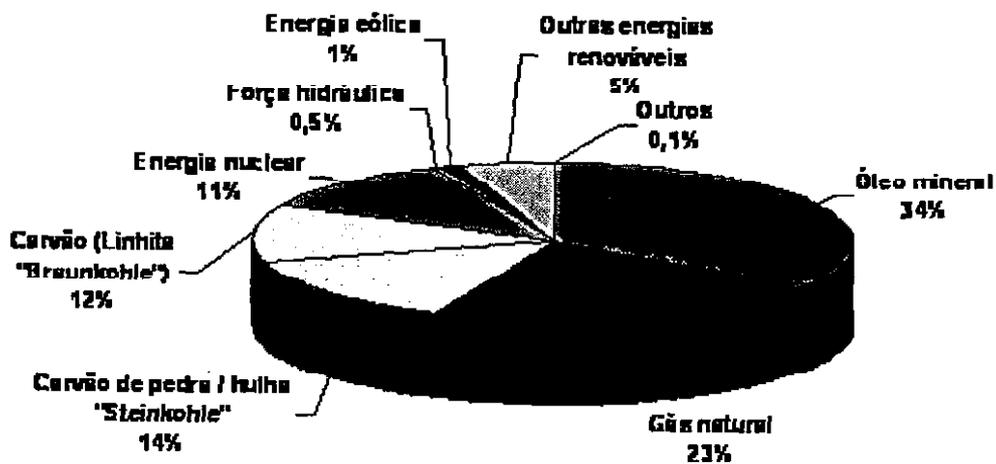
Por suas dimensões (o comparecimento de autoridades e empresários a cada ano nunca é inferior a 500, com presença expressiva da comunidade teuto-brasileira de negócios baseada em São Paulo), o Encontro é o principal ponto de referência do relacionamento econômico bilateral. Trata-se de singular mecanismo de planejamento público-privado. Mais recentemente, dois grupos de trabalho incorporaram-se à dinâmica do Encontro, ambos sob a égide imediata da Comissão Mista. Dedicados à Infra-estrutura e Energia e ao Agronegócio, os grupos procuram abrir caminhos para uma nova fase da parceria econômica, mais diversificada, equilibrada e centrada em questões estratégicas como a transferência de tecnologia.

As últimas reuniões da Comista e do Encontro Econômico ocorreram em Blumenau, em novembro de 2007, com a presença do Presidente da República, e em

Colônia, na Alemanha, de 24 a 26 agosto de 2008. Vitória sediará a próxima edição do Encontro Econômico e reunião da Comista, em 2009.

## Energia

**Matriz Energética Alemanha 2007**



Fonte: Ministério Federal da Economia e Tecnologia

## **Biocombustíveis**

O Governo Merkel defendeu, durante a Presidência alemã da União Européia (2007), a adoção de metas comunitárias ambiciosas de redução de emissões de gases de efeito estufa e o aumento da participação de energias renováveis e de biocombustíveis na matriz energética (até 2020, redução mínima de 20% na emissão de gases de efeito estufa e aumento da participação de 20% de fontes renováveis na matriz, inclusive um mínimo de 10% de combustíveis renováveis no setor de transportes). As negociações sobre as metas comunitárias seguem em curso.

A Alemanha tem como objetivo ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz de transportes alemã dos atuais 7% para 12% a 14% em 2020, o que representaria cerca de 2,5 milhões de toneladas de etanol. A capacidade instalada alemã, no momento presente, permite produção de 500 a 700 mil toneladas de etanol.

A Alemanha é o maior produtor mundial de biodiesel. Por esse motivo, o país não deverá depender de importações do produto para cumprir com as exigências legais de mistura ao óleo diesel de origem fóssil. Sua produção interna, que chega a 1,5 milhão de toneladas ao ano, tem como matéria-prima a colza.

## **Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia com Foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética**

Durante a visita ao Brasil da Chanceler Angela Merkel, em maio de 2008, foi assinado o “Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia com Foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética”. O Acordo, ora em tramitação no Congresso Nacional, tem como objetivo principal aperfeiçoar e desenvolver uma infra-estrutura de energia sustentável para assegurar a oferta e o uso seguros e sustentáveis de energia, sobretudo por meio de medidas de eficiência energética e economia de energia e pela ampliação do uso de energias renováveis. Para alcançar esse objetivo, bem como para contribuir para o desenvolvimento sustentável, o Acordo prevê a intensificação do diálogo sobre políticas para a área, o intercâmbio científico e tecnológico e a participação do setor privado nas iniciativas desenvolvidas ao abrigo do Acordo em questão.

As principais áreas de cooperação no âmbito do Acordo são as energias renováveis; eficiência energética, tecnologias inovadoras de propulsão e geração de energia; estímulo ao desenvolvimento de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto; e novas tecnologias relacionadas às áreas de petróleo, carvão e gás.

### **Acordo sobre Cooperação no campo dos usos Pacíficos da Energia Nuclear**

O Acordo sobre Cooperação no campo dos usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado em 1975, foi essencial para o desenvolvimento do programa nuclear brasileiro, ao propiciar o treinamento de pessoal, a transferência de tecnologia e a aquisição de equipamento nuclear alemão. O Acordo contém cláusula automática de prorrogação a cada 5 anos. Por ocasião da visita da Chanceler Merkel, em maio passado, os Governos de Brasil e Alemanha acordaram, por troca de notas, reiterar a continuidade do Acordo Nuclear de 1975.

Garante-se, dessa forma, a continuidade da cooperação alemã em áreas essenciais, no que tange ao uso pelo Brasil da energia nuclear para fins pacíficos. Os reatores de Angra II e da futura unidade de Angra III são de tecnologia alemã, e sua operação não pode prescindir do fornecimento de assistência técnica e componentes alemães. A cooperação é, também, importante para o treinamento e a transferência de tecnologia que vêm permitindo à NUCLEP avançar rumo a um maior grau de autonomia na fabricação de equipamentos para instalações nucleares. Empresas alemãs são fornecedoras de componentes para a estatal Indústrias Nucleares Brasileiras (INB). A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) mantém acordos bilaterais específicos com instituições alemãs na área de segurança nuclear, que têm permitido significativo intercâmbio de experiências para o funcionamento seguro de Angra II.

## Meio Ambiente

### **Florestas**

A Alemanha foi o país pioneiro no lançamento de iniciativas globais para a proteção das florestas tropicais brasileiras. Por iniciativa do então Chanceler Helmut Kohl, o G-7, na reunião de Houston, em 1990, propôs a negociação de um programa de cooperação com o Brasil na área florestal. O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) foi lançado oficialmente em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), e previu investimentos da ordem de USD 1,3 bilhão, até 2007.

O PPG-7 tem na Alemanha seu maior doador. A cooperação financeira do governo alemão ao PPG7 ocorre desde o início efetivo do Programa, em 1996. Alcançou cerca de USD 334,4 milhões<sup>2</sup>, incluindo os projetos bilaterais associados ao PPG-7 para os estados da Mata Atlântica. A cooperação técnica alemã também apoiou ações na Amazônia e Mata Atlântica.

A partir de 2007, entrou em vigor um novo Projeto de Cooperação (PCT), com vigência até 2009, no valor de USD 17.6 milhões<sup>3</sup>. Esse novo PCT apoia ações de finalização do PPG7 e visa fortalecer a capacidade das instituições nacionais, em especial governamentais, e de seus parceiros não-governamentais, para implementar com eficácia o Programa Amazônia (PA), em consonância com as políticas ambientais brasileiras. O foco da cooperação técnica Brasil-Alemanha, nesse contexto, será o desenvolvimento de capacidades das instituições envolvidas no Programa Amazônia, como forma de impulsionar a geração de mudanças e as transformações ambientais, sociais e econômicas identificadas como necessárias no cenário de longo prazo daquele Programa.

Também de destaque revela-se a cooperação prestada pela Alemanha no âmbito da iniciativa ARPA – programa do Governo Federal para expandir, consolidar e manter parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Amazônia, conservando cerca de 50 milhões de hectares e promovendo o desenvolvimento sustentável na região. Os principais

---

<sup>2</sup> Considerando-se a taxa de câmbio de 1,47 USD / euro

<sup>3</sup> Considerando-se a taxa de câmbio de 1,47 USD / euro

doadores alemães do programa são o Banco de Cooperação do Governo da Alemanha (KfW) e a Agência de Cooperação da Alemanha (GTZ).

**Projeto de Cooperação Técnica em vigência - 2007/2009**

<b>Alocações Citadas na Ata das Negociações Brasil-Alemanha de Agosto de 2005</b>	<b>início</b>	<b>final previsto</b>	<b>Alocações BMZ (milhões Euros)</b>	<b>Ajustes Complementares</b>	<b>Projetos envolvidos</b>
<b>Áreas Protegidas e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais</b>	jan/07	dez/09	7,00	“Guarda-Chuva” de 2005 a ser apresentado	ARPA, DAAM/SECEX, SFB, ICMBIO
<b>Demarcação e Proteção de Terras Indígenas</b>	jan/07	dez/09	2,50	“Guarda-Chuva” de 2005 a ser apresentado	PDPI, PPTAL, COIAB
<b>Planejamento e Desenvolvimento Regional</b>	jan/07	dez/09	2,00	“Guarda-Chuva” de 2005 a ser apresentado	SEDR e estados do AC, AM e PA
<b>Projeto de Assistência Técnica para a Agenda da Sustentabilidade Ambiental (TAL - Ambiental)</b>	Jan/07	dez/08	0,50	Ajustes de 22.12.00 e de 13.05.05	SECEX e outros ministérios
<b>TOTAL</b>			<b>12,00</b>		

Valores Alocados pela Cooperação técnica – GTZ da Rep. Fed. da Alemanha 1996 à 2007

(valores aproximados)

Denominação	Alocados em mil €	Gastos até 12/2007 em mil €
PPTAL	4.908,00	4.369,72
<b>Promanejo</b>	<b>3.578,00</b>	<b>3.588,23</b>
ARPA	500,00	434,05
<b>AMA</b>	<b>3.209,00</b>	<b>3.175,56</b>
PDA/PDPI	6.545,00	5.198,00
SPRN	8.964,00	8.951,00
Provárzea	2.933,00	2.596,00
Corredores	2.479,00	2.398,00
L1 - Florestas	8.500,00	2.943,00
L2 - Indígena	2.500,00	557,00
L3 - Ordenamento	2.730,00	5,00
Novos compromissos L1	4.000,00	0,00
Novos compromissos L2	1.000,00	0,00
<b>Soma Total</b>	<b>51.846,00</b>	<b>34.215,56</b>

Em negrito - projetos terminados, porém ainda encerrados financeiramente.

## Mudança do Clima

Em janeiro de 2008, foram anunciadas as metas de mitigação da mudança do clima para a Alemanha, a serem aprovadas pelo Conselho e Parlamento Europeu. Incluem a ampliação da participação de fontes renováveis na matriz energética dos atuais 9% para 18% até 2020, bem como redução de 14% nas emissões de gases de efeito estufa em relação a 2005.

Em 2007, na Cúpula do G-8 de Heiligendamm, o empenho pessoal da Chanceler Merkel permitiu que a Declaração de Heiligendamm refletisse a primazia do papel das

Nações Unidas na elaboração do regime internacional sobre mudança do clima – o que implica o reconhecimento, por parte do governo dos Estados Unidos, da importância e da urgência do tema de mudança do clima.

Nas negociações multilaterais sobre mudança do clima, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto, a Alemanha acompanha a posição da União Européia. Dessa forma, realça a adoção de obrigações de redução de emissões pelos países, sem dar a devida ênfase aos chamados meios de implementação, sob a forma de investimentos ou de transferência de tecnologia.

De acordo com as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa acordadas, para os países desenvolvidos, no âmbito do Protocolo de Quioto, a Alemanha tem a obrigação de reduzir suas emissões, até 2012, em 21% em relação a 1990. Suas emissões atuais estão 17% inferiores em relação àquele ano (em parte por força da desindustrialização da região oriental após a queda do Muro de Berlim).

## **Biodiversidade**

Na Nona Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB (COP-9), realizada em maio último, em Bonn, o Brasil – sede da COP-8, realizada em Curitiba, em 2006 – transmitiu a Presidência da Conferência das Partes à Alemanha, que ocupará o cargo até a COP-10, em 2010.

Está em curso no âmbito da CDB a negociação de um regime internacional sobre repartição de benefícios derivados da utilização de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais associados. Durante a COP-9, adotou-se decisão que contém “roadmap” para a negociação do regime internacional sobre repartição de benefícios, a fim de permitir sua adoção na COP-10 (Nagóia, 2010). A Alemanha, na presidência da Conferência, contribuiu para o desfecho positivo da COP-9 ao exercer papel importante na flexibilização das posições dos diferentes atores envolvidos na negociação. O acordo em torno do “road map” consolidou compromisso claro de todas as Partes com um processo intenso de negociação.

Como os demais países da União Européia, a Alemanha defende a adoção de padrões internacionais de acesso aos recursos genéticos. Tal posição vai de encontro à postura tradicional dos países em desenvolvimento, que entendem que é prerrogativa

soberana de cada Estado decidir como e em que condições será concedido acesso a seus recursos genéticos.

### **G-8 + G-5**

Sob a Presidência alemã do G-8, em 2007, foi emitida, por ocasião da reunião de Cúpula em Heiligendamm, declaração conjunta entre a Presidência alemã e os líderes do G-5 (Brasil, Índia, China, México e África do Sul). A declaração foi um marco para aprofundar e estruturar o diálogo entre os dois grupos.

O Processo de Heiligendamm – estruturado em Grupos de Trabalho envolvendo representantes do G-8 e do G-5 sobre quatro temas principais: desenvolvimento, energia, investimento e inovação – é independente da participação do G-5 na Cúpula do G-8. Trata-se de um diálogo ampliado entre os dois grupos, cujo objetivo principal é promover o intercâmbio de idéias e opiniões, de modo a aprofundar o entendimento e a cooperação entre seus integrantes. O diálogo ampliado não visa a negociações nem a resultados específicos. O G-5, contudo, espera que as discussões no âmbito do Processo influenciem os debates da Cúpula, de modo a conferir maior legitimidade às declarações emitidas pelo G-8.

Dessa forma, com a criação do Processo de Heiligendamm, a Alemanha deu passo concreto em direção à estruturação do diálogo entre o G-8 e o G-5, ao inaugurar terceira via para a expansão do G-8, que concilia as posições dos países que se opõem à expansão formal do grupo e daqueles que favorecem a criação do G-13.

O Processo deverá continuar até a Cúpula do G-8 de 2009, na Itália, quando serão apresentados seus resultados finais.

### **Reforma do CSNU – G-4**

Em 2004, Brasil, Alemanha, Índia e Japão decidiram unir esforços para promover uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas que refletisse as transformações havidas no cenário internacional desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. A convite do então Primeiro-Ministro japonês, Junichiro

Koizumi, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o então Vice-Chanceler Federal e Ministro do Exterior da Alemanha, Joschka Fischer, e o Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh reuniram-se em Nova York, em 22 de setembro, quando foi estabelecido o G-4. Os quatro países apresentaram proposta a favor da expansão do Conselho de Segurança nas categorias de membros permanentes e não-permanentes, com países em desenvolvimento em ambas, e apoiaram-se mutuamente como candidatos a membros permanentes.

Após a formação de novo governo federal alemão, em novembro de 2005, a Alemanha passou por período de divergências internas sobre o tema, entre democrata-cristãos (CDU/CSU) e social-democratas (SPD). Ao longo de 2006, a Alemanha foi o membro do G-4 mais propenso a aceitar possível solução transitória de expansão do Conselho. Tal fórmula prevê a admissão temporária de alguns países por certo número de anos, deixando seu “status” final para ser decidido em conferência específica a ser realizada dentro de 10 ou 12 anos.

Em 2008, a Alemanha coordenou grupo informal de consultas sobre a reforma, em Nova York, que resultou em documento considerado insatisfatório pelos demais membros do G-4, justamente por privilegiar a solução transitória como modelo para superar o impasse atual.

Apesar de diferenças pontuais, Brasil e Alemanha têm objetivos estratégicos comuns no que diz respeito à reforma do Conselho e continuam mantendo estreita coordenação dentro do G-4. Ambos acreditam que o projeto de reforma do grupo, tabulado em 2005, permanece a melhor base para as negociações sobre a reforma do Conselho de Segurança. Desde a reunião do G-8 em junho de 2007, em Heiligendamm, de que o Brasil participou a convite do Governo alemão, os dois países estreitaram posições dentro do G-4. Em 2008, têm atuado em coordenação no apoio ao início imediato de negociações sobre a reforma do Conselho.

A Alemanha teve, ao lado do Brasil, participação decisiva nas negociações que resultaram na decisão adotada pela 62ª Assembléia Geral das Nações Unidas, dia 15 de setembro último, de iniciar, até 28 de fevereiro de 2009, negociações sobre a reforma do CSNU.

Aviso nº 951 - C. Civil.

Em 21 de outubro de 2008.

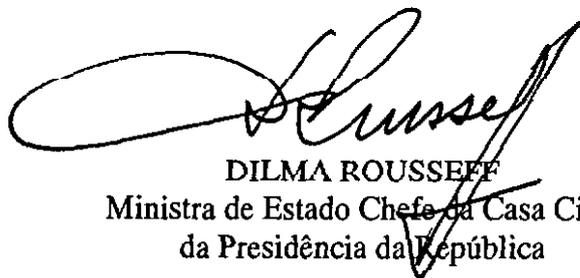
A Sua Excelência o Senhor  
Senador EFRAIM MORAIS  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)*

Publicado no *Diário do Senado Federal*, de 29/10/2008.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:16066/2008)